

n.º 227/95, de 11 de Setembro, na redacção conferida pelo Decreto-Lei n.º 154/96, de 31 de Agosto, e dos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, sob proposta do inspector-geral da Administração Interna, e obtida prévia autorização do Ministro de Estado e das Finanças, nomeio, em regime de comissão de serviço, por três anos, como inspector do mapa de pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna o Licenciado Higinio Manuel Marques Pinto.

21 de Setembro de 2010. — O Ministro da Administração Interna, Rui Carlos Pereira.

203737424

## Governo Civil de Portalegre

### Aviso n.º 19454/2010

**Procedimento concursal comum, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de um posto de trabalho, da carreira geral de assistente operacional, na área da limpeza — serviços gerais, do Mapa de Pessoal do Governo Civil do Distrito de Portalegre, aberto pelo Aviso n.º 5294/2010, de 15 de Março.**

Lista de ordenação final de candidatos admitidos homologada por despacho do Governador Civil de Portalegre, de 23-09-2010

Maria Manuela Fernandes Barradas Carriça — 15,4  
Márcia da Silva Fonseca Fernandes — 12  
Maria Antónia Bugalho Raposo — 12  
Isilda Maria Casado Banheiro de Jesus — 11,4  
Luciana Maria Nunes Serra Batista Calado Pires — 10,4

Portalegre, 23-09-2010. — A Presidente do Júri, *Teresinha Filipe*.  
203736882

## Guarda Nacional Republicana

### Comando Territorial do Porto

#### Despacho n.º 15033/2010

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 8090/2010, publicado no DR n.º 90 (2.ª série) de 10 de Maio de 2010, do Tenente-General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, subdelego no Comandante do Destacamento Territorial de Matosinhos, Tenente de Infantaria, José Lourenço Pereira Beleza, as competências para a prática dos seguintes actos:

a) A assinatura de guias de marcha e guias de transporte.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avoacção e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 12 de Abril de 2010

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

Quartel no Porto-Carmo, 8 de Setembro de 2010. — O Comandante, *Floriano de Sá Guimarães*, tenente-coronel de infantaria.

203737927

#### Despacho n.º 15034/2010

1 — Nos termos do disposto nos artigos 35.º a 41.º do Código do Procedimento Administrativo, e no uso dos poderes que me foram conferidos pelo Despacho n.º 8090/2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 90, de 10 de Maio de 2010, do Tenente-General Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, subdelego no Comandante do Destacamento Territorial de Vila Nova Gaia, Capitão

de Cavalaria, Rui Daniel Baptista Rosa Ferreira, as competências para a prática dos seguintes actos:

a) A assinatura de guias de marcha e guias de transporte.

2 — A subdelegação de competências a que se refere este despacho entende-se sem prejuízo de poderes de avoacção e superintendência.

3 — O presente despacho produz efeitos desde 05 de Julho de 2010.

4 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código de Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados até à sua publicação no *Diário da República*.

Quartel no Porto-Carmo, 09 de Setembro de 2010. — O Comandante, *Floriano de Sá Guimarães*, tenente-coronel de infantaria.

203737879

## Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

### Despacho n.º 15035/2010

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, estabelece no n.º 1 do artigo 27.º, que os cargos dirigentes podem ser exercidos em regime de substituição nos casos de vacatura do lugar;

Considerando que o lugar de Chefe de Departamento de Nacionalidade se encontra vago, pelo que importa proceder à nomeação de titular para o referido cargo, a fim de garantir o normal funcionamento daquela unidade orgânica;

Considerando que a Lic. Teresa Maria Carneiro Andrade, Inspectora Superior Nível 1, preenche os requisitos legais e é detentora de aptidão e competência técnica para o exercício das funções inerentes ao cargo de Chefe de Departamento de Nacionalidade;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a Lic. Teresa Maria Carneiro Andrade, Chefe de Departamento de Nacionalidade, em regime de substituição.

Nos termos do n.º 3 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, a nomeada poderá optar pela retribuição de origem.

O presente despacho produz efeitos a 1 de Outubro de 2010.

Oeiras, 23 de Setembro de 2010. — O Director Nacional, *Manuel Jarmela Palos*.

### Síntese curricular

Teresa Maria Carneiro de Andrade, Inspectora Superior nível 1, da Carreira de Investigação e Fiscalização do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Desde Maio 2005 — Desempenho de funções de assessoria jurídica no Departamento de Operações. Desde Janeiro de 2010 e dada a ausência de chefia de Departamento tem assumido as tarefas inerentes ao cargo.

Fevereiro 2007 a Agosto 2007 — Membro do grupo de trabalho responsável pela elaboração da proposta do Decreto Regulamentar da Lei n.º 23/2007, de 4 de Julho.

Abril 2004 a Maio 2005 — Coordenadora do Gabinete de Relações Internacionais do SEF (GRIC)

Janeiro 2004 a Junho 2004 — Coordenadora do 5.º estágio probatório da Carreira de Investigação e Fiscalização do SEF.

Janeiro 2001 a Abril 2004 — Subdirectora Regional da Direcção Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo.

Janeiro 2000 a Maio 2004 — Representação do SEF na qualidade de perita nas avaliações Schengen no quadro da UE (grupo SCH-EVAL/Vistos) efectuadas a vários Estados Membros e membro do projecto piloto “Target Missions”, em matéria de cooperação consular local, nomeada na qualidade de perita em matéria de vistos, de acordo com o mandato do CEIFA.

Janeiro 1998 a Maio 2004 Representação do SEF no grupo de trabalho sobre Vistos do Conselho da UE, na qualidade de perita nacional.

De 1998 a 2004 — Representação da Direcção Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo no Grupo de Trabalho para implementação do Modelo Uniforme de Autorização de Residência.

Desde Novembro 1995 — Desempenho de funções na Direcção Regional de Lisboa Vale do Tejo e Alentejo, onde exerceu, entre outras, as funções de Responsável pelo Núcleo Regional de Vistos e Títulos de Residência, pelo Departamento Regional de Emissão de Documentos